

## FIFA E GOVERNANÇA GLOBAL: PADRÃO DE ATUAÇÃO A PARTIR DA ANÁLISE DO *SOFT POWER*

JULIANO OLIVEIRA PIZARRO<sup>1</sup>; LUCIANA MARIA DE ARAGÃO BALLESTRIN<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Universidade Federal de Pelotas – jopizarro@hotmail.com

<sup>2</sup>Universidade Federal de Pelotas – luballestra@gmail.com

### 1. INTRODUÇÃO

Em um mundo globalizado, ocorre à criação de organismos supra estatais no novo cenário das relações internacionais. A partir de então, surge o cenário da governança global. Há teóricos que a consideram um fenômeno empiricamente observável, como um programa político, enquanto outros apontam que os estudos sobre Governança Global costumam sobrepor ordens analíticas e normativas (ROSENAU, 2000). Rosenau (2000) foi um dos primeiros autores a trabalhar com a ideia de que essa governança global não tinha necessariamente um governo.

A partir dessa ideia, começou-se a questionar a intencionalidade dos atores que conduziam a governança global, que camuflavam novas formas de dominação. Alguns autores falam que trata-se de uma estratégia de recolonização (HELD, 1995). Desta forma, Cox (2005) definiu a governança global como nebulosa, uma nuvem de influências ideológicas que alimenta o pensamento da elite às necessidades do mercado mundial. A não regulação seria precisamente uma estratégia de hegemonia global (AVRITZER, 2002) e a governança global a guia política da globalização neoliberal hegemônica (SANTOS, 2001).

Essa governança "sem governo" possui uma série de atores no exercício de poder em uma escala global. Alguns desses atores acabam ganhando força nesse cenário internacional, principalmente organizações internacionais não governamentais. Uma delas é a *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA). A simbologia que o futebol possui na sociedade civil é muito bem explorada pela FIFA que, acaba por suas ações, sendo reconhecida e legitimada no âmbito internacional. A partir daí, cabe à análise da governança da entidade e de onde se origina tanto poder.

### 2. METODOLOGIA

O objeto de análise do trabalho traz a FIFA, como organização internacional privada, a qual é analisada como um ator da sociedade civil global no âmbito da governança global, através de uma análise de seu poder político, econômico e social sob a ótica do *soft power*. O trabalho se deu basicamente de forma teórica, através de uma pesquisa bibliográfica de grandes autores no âmbito da ciência política, filosofia, relações internacionais, dentre outras áreas, buscando livros, periódicos, além de notícias e veículos de informações em banco de dados científicos e websites. Além disso, se fez uma pesquisa documental através do site da FIFA, analisando documentos oficiais como o Estatuto da FIFA, relatórios financeiros, Código de Ética e deliberações dos congressos oficiais da entidade. A pesquisa consistiu em um estudo de caso analítico qualitativo da FIFA, identificando-a como um ator da sociedade civil global na atual governança global, analisando os mecanismos usados no seu exercício do chamado *soft power*.

### 3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na lógica da Governança Global, a Sociedade Civil Global aparece como um interlocutor desejável pelos teóricos cosmopolitas da democracia. O resultado disso é que o conceito de Sociedade Civil Global é frágil e carrega consigo duas missões civilizatórias: a democratização e a pacificação do sistema internacional. As zonas de civilidade e incivilidade tornam-se mais tensas e nebulosas quando pensadas em termos internacionais.

A partir de então, surge o cenário da governança global. Dingwerth e Pattberg (2006) alertam para a confusão conceitual gerada pelos diversos empregos do termo. Diferenciam os teóricos que a considera um fenômeno empiricamente observável, daqueles que a subscrevem como um programa político, de sorte que os estudos sobre Governança Global costumam sobrepor ordens analíticas e normativas (ROSENAU, 2000).

Primeiramente uma ideia de governança global com nítida inspiração liberal-internacionalista democrática é encontrada no relatório Nossa Comunidade Global (1996). A denominada comissão trouxe o conceito de governança global tal como a totalidade das diversas maneiras pelas quais os indivíduos e as instituições, públicas e privadas, administram seus problemas comuns. É um processo contínuo pelo qual é possível acomodar interesses conflitantes ou diferentes e realizar ações cooperativas. Governança diz respeito não só a instituições e regimes formais autorizados a impor a obediência, mas também a acordos informais que atendam aos interesses das pessoas e instituições.

Para Keohane (2006), governança pode ser definida como a elaboração e aplicação das regras e o exercício do poder dentro de um determinado domínio de atividade. A governança global refere-se à tomada de poder e exercício em uma escala global, mas não necessariamente por organismos autorizados, envolvendo interações estratégicas entre entidades que não estão dispostos em hierarquias formais.

Rosenau (2000) foi um dos primeiros autores a trabalhar com a ideia de que essa governança global não tinha necessariamente um governo. Aliado a isso, surge o pensamento de Finkelstein (apud WEISS, 2005) no qual diz que o termo 'governança' é assim chamado por não se entender o que estava (e ainda está) acontecendo. Naquele momento, a ideia remetia a um *modus operandi* em curso aparentemente horizontal, descentralizado e não-hierárquico.

A partir dessa ideia antagônica, começou-se a questionar a intencionalidade dos atores que conduziam a governança global, que diziam que a mesma estava diluída na ideia de um poder coletivo descentrado e consensual, o que camuflava novas formas de dominação. Alguns autores chegaram a insinuar que, na verdade, tratava-se de mais uma estratégia de recolonização (HELD, 1995, p. 111).

Essa governança "sem governo" possui uma série de atores no exercício de poder em uma escala global, mas não necessariamente essas entidades são autorizadas a agir por um consentimento geral. No entanto, alguns desses atores acabam ganhando força nesse cenário internacional, principalmente organizações internacionais não governamentais.

Via de regra, as organizações não governamentais que vêm surgindo tomam por base um discurso cosmopolita, cada uma dentro de sua área, visando uma luta específica. A *Fédération Internationale de Football Association* (FIFA), não é diferente. A entidade que comanda o futebol mundial sabe usá-lo de forma estratégica em seu discurso.

Primeiramente, o conceito de poder no âmbito das Relações Internacionais não é consensual. Porém, a conceituação mais aceita é de que o poder é a

habilidade de obter os resultados desejados e, diretamente, a habilidade de influenciar os outros para obtê-los (NYE, 2004), podendo ser por meio de coerção, indução e cooptação. A partir disso, Nye (2004) divide o poder em dois tipos: o *hard power* (coagir e induzir) e o *soft power* (cooptar).

O chamado *hard power* tem suas bases em ameaças e trocas, principalmente sob o ponto de vista econômico e militar, enquanto o *soft power* consiste em moldar as preferências dos outros. Para Nye (2004), o *soft power* não é somente influenciar e persuadir (sendo que ambos também ocorrem através do *hard power*), mas é também atrair, e a atração leva muitas vezes à aquiescência. Assim, entra em cena o *soft power* e os meios de exploração da cultura, esporte e imagem como ferramentas persuasivas e facilitadoras nas interações do sistema internacional (KENNEDY, 2005).

As fontes de *soft power* de um país para criar esse ambiente são inúmeras, mas as principais, de acordo com Nye (2004) são: a cultura - em lugares onde ela é atrativa para os outros; os valores políticos - praticados tanto internamente quanto externamente; e a política externa - quando vista como legítima e havendo uma autoridade moral. Dentro dessa definição, a pesquisa visa analisar o padrão de atuação da FIFA, como um ator da sociedade civil global, nos meandros nebulosos da governança global, através do *soft power*.

#### 4. CONCLUSÕES

O esporte também serve como fontes para o *soft power*, auxiliando a mais ampla troca cultural (o conhecimento, a linguagem, a arte) entre países. Megaeventos esportivos, acima de tudo Copa do Mundo FIFA e Jogos Olímpicos, são práticas comunicativas que podem ser sucesso em atrair a atenção de bilhões de pessoas e são, portanto, uma plataforma perfeita para mostrar a cultura e imagem do país que sedia o evento pro resto do mundo, tendo a possibilidade de aumentar seu prestígio e capacidade de atração internacional (GRIX, 2013). Essa prática tem sido muito utilizada pelos países chamados BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), escolhidos nos últimos anos para sediarem megaeventos, conseqüentemente, legitimando a atuação da FIFA e das organizações internacionais responsáveis pelos mesmos.

Além de determinadas políticas específicas para cada situação, o organismo que exerce o *soft power* necessita promover uma boa imagem, tornando atraente para outros atores. Melissen (2005) aponta métodos para que um país possa fazer isso: propaganda, relações culturais e diplomacia pública. Como instituição, a FIFA se relaciona através de projetos com diversos organismos internacionais e serve como suporte para o crescimento de outros.

Responsável por alguns dos maiores eventos do planeta, tendo mais países filiados que a ONU, sendo a entidade máxima do esporte mais praticado e popular que existe, utiliza o futebol como produto e lucro para o turbo capitalismo, exercendo uma influência sem precedentes no contexto da governança global. Principalmente com o ex-presidente João Havelange, a FIFA inseriu o futebol no processo de globalização mundial, adotando planejamentos globais de marketing, através da associação comercial da organização e do esporte a corporações multinacionais (CRUZ, 2010).

O aumento do *soft power* está diretamente ligado com o aumento de legitimidade na comunidade internacional. Instituições internacionais devem definir agendas multilaterais que pareçam legítimas aos olhos dos outros atores internacionais (NYE, 2004). Nesse sentido, os mecanismos internacionais de

*accountability* servem como ferramenta de propagação de poder perante os outros os atores, sejam eles Estados, organizações internacionais ou organismos multinacionais. A partir de então, se estabelecem modelos, ocorrendo uma aceitação dos demais e, conseqüentemente, a legitimidade – mostrando claramente a atuação do *soft power* nesses casos.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVRITZER, Leonardo. Em busca de um padrão de cidadania mundial. **Lua Nova Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 55-56, 2002.
- BONIFACE, Pascal. **Football et mondialisation**. Paris: Armand Colin, 2010.
- CHANDHOKE, Neera. The limits of global civil society. In: **Yearbook Global Civil Society**, 2002, LSE
- COMISSÃO SOBRE GOVERNANÇA GLOBAL. **Nossa Comunidade Global**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 1996.
- COX, Robert. Thinking about civilizations. **Review of International Studies** n.26, 2000.
- CRUZ, Antonio Holzmeister Oswaldo. **A virada econômica do futebol: observações a partir do Brasil, Argentina e uma Copa do Mundo**. 2010. 228 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- GRIX, Jonathan; LEE, Donna. Soft Power, Sports Mega-Events and Emerging States: The Lure of the Politics of Attraction. **Global Society**. v. 27, n. 4, 2013.
- HELD, David. **Democracy and the Global Order: from the modern state to cosmopolitan governance**. Stanford: California. 1995.
- KENNEDY, Paul. **¿Poder duro contra poder blando?** El País, 19 de fevereiro de 2005. Disponível em: <[http://www.elpais.com/articulo/opinion/Poder/duro/poder/blando/elpepuopi/2005/219elpepiopi\\_7/Tes](http://www.elpais.com/articulo/opinion/Poder/duro/poder/blando/elpepuopi/2005/219elpepiopi_7/Tes)>. Último acesso em: 02 de maio de 2014.
- KEOHANE, Robert. Global governance and democratic accountability. In R. E. Goodwin & P. Pettit (Eds.), **Contemporary political philosophy: An anthology**. Oxford, UK: Wiley-Blackwell pp.697–709, 2006
- MELISSEN, Jan. Wielding Soft Power: The New Public Diplomacy. Netherlands Institute of International Relations. **Clingendael Diplomacy Papers** n. 2, Haia. Maio de 2005.
- NYE, Jr., Joseph S. **Soft power: the means to success in world politics**. New York: PublicAffairs, 2004
- ROSENAU, James [1992]. Governança, ordem e transformação na política mundial. IN: **Governança sem governo: ordem e transformação na política mundial**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2000.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Os processos da Globalização. In: SANTOS, B. S. (ORG.) **Globalização – fatalidade ou utopia?** Porto: Ed. Afrontamento, 2001.
- WEISS, Thomas. Governance, Good Governance, Global Governance: conceptual and actual challenges. In: Wilkinson, Rorden (ed). **The Global Governance Reader**. UK, Routledge, 2005.